

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Em Davos, Temer busca investimento em infraestrutura](#) 5

Folha de S. Paulo

[Título: Brasil é tema de dois eventos nesta quarta](#) 10

Valor Econômico

[Título: Planalto articula acelerar marco do setor elétrico](#) 19

[Título: União enfrenta elétricas na Justiça](#) 23

[Título: Para governo, estimativa de executivo foi conservadora](#) 16

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Futuro relator diz que projeto de lei da Eletrobras é ‘inaceitável’ 2

Título: Ipiranga e Chevron iniciam ‘joint venture’ em lubrificantes 4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 5

Título: Em Davos, Temer busca investimento em infraestrutura 5

Título: Receita com petróleo ajuda contas de Estados 6

Título: Notas 7

Título: Trump impõe tarifa à importação de painel solar chinês 8

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 10

Título: Brasil é tema de dois eventos nesta quarta 10

Título: Petrobras quer novos parceiros para ampliar produção de gás natural, diz Parente 11

VEÍCULO: Valor Econômico 12

Título: Investimento externo direto pode chegar a US\$ 80 bilhões em 2018, prevê Meirelles 12

Título: Em Davos, CEO da Eletrobras fala em oferta de até US\$ 4 bi.....	13
Título: Para governo, estimativa de executivo foi conservadora.....	16
Título: Fevereiro deve manter bandeira verde na conta de luz.....	16
Título: Royalties do petróleo voltam a passar de R\$ 30 bi em 2017.....	18
Título: Planalto articula acelerar marco do setor elétrico	19
Título: Biometano e a redução das emissões do transporte urbano.....	20
Título: União enfrenta elétricas na Justiça.....	23
Título: Mineradora investe pouco em inovação transformadora.....	25
Título: Iconic chega ao mercado nacional de lubrificantes.....	27
Título: Petrobras pode investir no exterior na área de gás	28
Título: Os desafios da China para criar sua bolsa de petróleo	30

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura e Martha Beck

Título: Futuro relator diz que projeto de lei da Eletrobras é 'inaceitável'

Presidente da estatal espera apoio do Congresso para concluir privatização.

-BRASÍLIA E DAVOS (SUÍÇA)- Indicado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como relator do projeto de lei com as regras para a privatização da Eletrobras, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) disse ontem que o texto, da forma como foi enviado pelo governo, é "inaceitável" e não passa no Congresso. O presidente Michel Temer formalizou o envio da proposta nesta semana, na tentativa de criar um fato positivo para levar ao Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça.

Em entrevista durante o evento, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, disse acreditar, no entanto, que o processo de privatização tem condição de ser votado e concluído em 2018. — Vou trabalhar com a montagem de um novo projeto. Esse projeto é inaceitável, ele não passa no Congresso. Não valoriza as empresas regionais, desvaloriza o patrimônio público, não considera a evolução tecnológica. É um projeto que permite que a empresa seja controlada por especuladores. Vou tentar refazer — afirmou Aleluia.

Aleluia critica o modelo de privatização defendido pelo governo, que prevê um aumento de capital da companhia com subscrição de ações. A União teria sua participação diluída e perderia o controle da empresa. Dessa forma, a Eletrobras se tornaria uma corporação sem controlador definido. Para o deputado, isso seria equivalente a entregar a companhia na mão de especuladores.

AGRADO COM RIO SÃO FRANCISCO

O argumento do governo é que esse modelo atrai investimentos de longo prazo e segue o formato utilizado por outras empresas mundiais do setor de energia. O futuro relator é ex-presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) — subsidiária da Eletrobras no Nordeste e que será afetada com a privatização. Aleluia classificou como "biscoito", ou pequeno agrado, a proposta do governo de direcionar parte dos recursos da privatização à revitalização do Rio São Francisco.

O projeto destina R\$ 350 milhões anualmente nos primeiros 15 anos e mais R\$ 250 milhões nos últimos 15 anos para esse fim. — Isso é biscoito. Não dá para resolver problema com biscoito, isso é uma brincadeira. O São Francisco está em crise hídrica e não levaram em conta isso — afirmou. Apesar da resistência política e das eleições, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, disse ontem que o processo de privatização tem condições de ser concluído em 2018.

A expectativa do executivo é que o projeto de lei seja votado ainda no primeiro semestre, de modo que a companhia ajuste seu estatuto até julho e possa fazer a abertura de capital no segundo semestre.

PDV EM FEVEREIRO

Ferreira Júnior lembra que a lei prevê condicionantes que devem constar no estatuto da companhia, como a golden share, uma classe especial de ação que garante poder de veto, direitos de assento no conselho de acionistas, entre outros. Todos estes aspectos precisam estar definidos no estatuto antes de a companhia fazer uma emissão. O presidente da Eletrobras destacou que espera que os parlamentares entendam a necessidade da privatização, uma vez que a estatal precisa fazer investimentos e não pode ficar recebendo aportes da União num momento em que o que se busca é um ajuste fiscal.

A empresa é alvo de disputas entre políticos, especialmente das bancadas do Nordeste e de Minas Gerais, que sempre fizeram indicações nos quadros da Eletrobras. A privatização também deve render R\$ 12,2 bilhões aos cofres públicos este ano. — Se é bom para o Brasil e para os brasileiros, imagino que o debate no Congresso possa mostrar as virtudes desse projeto de privatização.

A Eletrobras é uma empresa muito grande e, se ela não funcionar, o Brasil tem problemas. Precisamos colocar isso e espero que os políticos sejam sensíveis — disse ele. — É quase uma obrigação ter um debate que reconheça os benefícios, que são grandes, e também sobre as escolhas que o Brasil vai ter que fazer para perseguir um equilíbrio fiscal. Ele destacou ainda que, sem a privatização, a Eletrobras precisará receber recursos para fazer investimentos que hoje não tem condições de concluir. Ferreira destacou que, desde que assumiu a estatal em 2016, a empresa passou por um processo de redução de custos e de dívida e busca de eficiência. Um dos próximos passos é implementar uma segunda fase do PDV (Programa de Desligamento Voluntário) em fevereiro no qual se espera a adesão de 3 mil funcionários.

Isso resultará numa economia de R\$ 700 milhões por ano. Segundo ele, o quadro eleitoral não afeta o humor dos investidores em relação à Eletrobras, pois o perfil dos interessados nesse tipo de ativo são fundos que buscam remuneração de longo prazo, que "casam" com a empresa: — Para quem está querendo entrar num negócio como esse, ele não olha o que vai haver nessa eleição, ele olha que vai acontecer com essa empresa ao longo de sete eleições. Ele casa com a companhia para uma visão de longo prazo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Ipiranga e Chevron iniciam 'joint venture' em lubrificantes

Nova empresa, Iconic, terá 24% de participação de mercado, à frente da Petrobras.

A brasileira Ipiranga e a americana Chevron anunciaram ontem o início da operação de uma joint venture no segmento de lubrificantes: a Iconic. De acordo com as empresas, a nova companhia já nascerá líder no segmento, com uma fatia de 24% do mercado, ultrapassando a BR Distribuidora, que tem participação de 22,6%, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A nova empresa terá sede na Barra da Tijuca. A carteira de produtos mantém as marcas já conhecidas no mercado de Ipiranga e Texaco (da Chevron). São 1.300 produtos, com 115 mil clientes, entre postos revendedores, montadoras, siderúrgicas e outros. A Iconic reúne todas as atividades de desenvolvimento, produção, distribuição e venda de lubrificantes, graxas e fluidos das duas companhias.

Segundo Leonardo Linden, diretor-presidente da Iconic, as vendas da empresa são da ordem de 340 milhões de litros de lubrificantes por ano, enquanto o faturamento médio é de R\$ 2 bilhões. Linden explicou que, neste primeiro momento, os investimentos executados serão os que já estavam previstos pelas duas empresas. Segundo ele, a preocupação é fazer a unificação da melhor forma possível, sem afetar o resultado dos produtos na ponta a seus clientes: — Os investimentos estão concentrados na melhoria da linha de produção, além da tecnologia de produtos. O executivo afirma que a companhia pode se beneficiar do movimento de recuperação da economia.

EMPREGOS MANTIDOS

A nova empresa tem três fábricas de lubrificantes: duas no Estado do Rio (em Duque de Caxias e na capital, em São Cristóvão) e uma em Osasco, em São Paulo. De acordo com o executivo, a fusão não provocou redução significativa de pessoal. Trabalham na Iconic um total de 700 empregados, diz Linden. O acordo para a criação da joint venture de lubrificantes foi anunciado em agosto de 2016 e aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em fevereiro do ano passado, quando começou a unificação das operações. Na fusão, a participação da Ipiranga, com seus ativos, ficou em 56%, e a da Chevron, em 44%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Jamil Chade

Título: Em Davos, Temer busca investimento em infraestrutura

Presidente vai se encontrar com executivos para mostrar o ‘novo Brasil’; tema de reunião com líder angolano será o risco de calote no BNDES.

Com o lema “o Brasil voltou”, o presidente Michel Temer vai fazer uma ofensiva comercial e usar o palco de Davos hoje para tentar convencer algumas das maiores empresas do mundo de que a retomada da economia é uma realidade, independentemente das eleições presidenciais e do sentimento de incerteza política.

No Fórum Econômico Mundial, o presidente vai apresentar uma carteira de investimentos em diversos setores da economia, onde o País busca atrair R\$ 130 bilhões. Seu tom, em reuniões fechadas com multinacionais, será o de que este é o momento de investir no Brasil e que, seja qual for o resultado do julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, hoje, ou das eleições, em outubro, o mercado doméstico está em recuperação.

Temer desembarcou ontem em Zurique e, hoje, viaja para Davos para discursar no Fórum Econômico. “O que eu pretendo fazer é mostrar no meu discurso o que é o novo Brasil”, disse. Sua agenda nesta quarta-feira inclui encontros com o presidente do Goldman Sachs, José Manuel Barroso; da Enel; da Cargill; da Shell, além dos chefes das gigantes Arcelor Mittal, Ambev, Dow e Coca Cola.

Ele também vai se reunir com Angel Gurría, secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Temer ainda terá um encontro com o presidente de Angola, João Lourenço. Um dos possíveis temas será o risco de calote que o país africano poderia representar, diante dos empréstimos bilionários do BNDES para obras da Odebrecht.

O Brasil teve atuação apagada no evento desde 2014. O espaço acabou sendo ocupado por Argentina, México e Chile. Agora, Temer volta à estação de esqui com uma ampla comitiva, incluindo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, o **ministro de Minas e Energia Fernando Bezerra Coelho**, e o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior.

Parte da agenda vai tratar da captação de investimentos, principalmente para o setor de energia. A Agência de Promoção de Exportações fará um evento na cidade, enquanto os ministros se dividem para encontrar empresários. O embaixador Ronaldo Costa explica que a estratégia é corrigir o “descompasso” que existe sobre o Brasil no cenário internacional.

Um dos debates que vão contar com a presença de Temer vai tratar da tarefa de “moldar a nova narrativa do Brasil”. Entre os dados que Temer apresentará aos empresários estão a taxa de inflação de 2,95% no ano passado, a queda na taxa de juros e uma expectativa de expansão da economia.

Em declarações ao Estado, o presidente do Fórum Econômico, Borge Brende, insistiu na semana passada que o empresariado internacional aposta no fato de que 2018 será um ano de recuperação para a economia brasileira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Receita com petróleo ajuda contas de Estados

A alta do preço do petróleo teve efeito sobre a receita de royalties e contribuiu para melhorar o caixa dos governos em 2017. A compensação financeira pela exploração dos recursos naturais rendeu R\$ 16,95 bilhões, de janeiro a

novembro de 2017. No mesmo período de 2016, os royalties somaram R\$ 1,1 bilhão.

A estatística de dezembro e do fechamento do ano ainda não foi divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Após ser negociado a mais de US\$ 100, o barril do petróleo iniciou trajetória de queda no segundo semestre de 2014, até atingir a mínima de US\$ 27 em fevereiro de 2016.

A crise no mercado internacional do insumo arrastou com ela Estados brasileiros dependentes da receita do royalty, principalmente o Rio de Janeiro. O cenário, porém, mudou no ano passado, com cortes de produção promovidos pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o que contribuiu para que, no Brasil, o quadro também tivesse melhora.

A receita de royalties acumulada pelo Rio de Janeiro, por exemplo, pulou de R\$ 191,5 milhões, de janeiro a novembro de 2016, para R\$ 2,92 bilhões, em igual período do ano passado. O município de Macaé, onde está a Bacia de Campos e maior produtor nacional, também ganhou com a alta do petróleo. Os ganhos do município nos 11 meses do ano passado chegaram a R\$ 434 milhões.

No ano anterior, de janeiro a novembro, foram de R\$ 28 milhões. Neste início de ano, o cenário é ainda melhor, o que tende a contribuir ainda mais com as finanças dos Estados. Neste mês, o barril bateu a marca de US\$ 70, que não era atingida desde dezembro de 2014. Além dos cortes promovidos pela Opep, a demanda está aquecida. “Com uma relação entre oferta e demanda apertada, qualquer fator geopolítico afeta o cenário”, diz Ricardo Bedregal, da consultoria IHS Markit.

Alguns analistas reviram suas previsões para o Brent ao longo do ano. Nenhum deles, porém, acredita que a cotação média de 2018 vá girar em torno de US\$ 70. A maior parte das apostas está na casa dos US\$ 60.

Ainda assim, o valor supera as projeções da Petrobrás, que no seu plano de investimento previu que o barril ficará, em média, em US\$ 53 ao longo do ano. Sinaliza também para receitas de royalties ainda melhores do que as do ano passado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Notas

Braskem deve ir à Bolsa para dar saída à Petrobrás

A petroquímica Braskem prepara uma oferta de ações subsequente (follow on) para permitir a saída da Petrobrás, que desde 2015 tenta se desfazer deste ativo. A estatal detém 47% das ações ordinárias da companhia, da qual é sócia com a Odebrecht. No valor dos papéis hoje, a Petrobrás poderia levantar cerca de R\$ 8 bilhões, caso toda sua fatia fosse vendida. Outros 50,1% dos papéis com direito a voto estão nas mãos da Odebrecht.

Para dar liquidez ao papel e, de quebra, aumentar a atratividade junto aos investidores, um dos passos tomados pelas sócias Petrobrás e Odebrecht será uma reorganização societária, com unificação das espécies de ações da Braskem e futura migração para o Novo Mercado, segmento de mais elevadas práticas de governança corporativa da B3.

Para a venda dos papéis em Bolsa, o momento é mais do que propício: a alta nos últimos três anos foi de cinco vezes. A ação da Braskem passou de cerca de R\$ 10,00 para R\$ 51,00. Somado a isso, a ida ao Novo Mercado traz ares frescos à Braskem, que também foi citada na Operação Lava Jato.

» Papo de sócio.

A Petrobrás informou em seu plano estratégico 2017- 2021 a intenção de sair de participações em petroquímica. A Odebrecht, por outro lado, mesmo forçada a se desfazer de ativos para buscar liquidez após o escândalo da Lava Jato, tem mantido a posição de que ficará na Braskem. Desde 2015, a Petrobrás vem tentando vender sua fatia na petroquímica, mas até aqui as conversas com a Odebrecht não haviam envolvido o acordo de acionistas, que foi assinado há oito anos. Procurada, a Braskem disse que as discussões sobre a reorganização societária são iniciais e que não há decisão sobre o tema. “Neste contexto, a Braskem segue executando sua estratégia empresarial na busca de iniciativas de criação de valor para todos os seus acionistas”, destacou. A Petrobrás não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Cláudia Trevisan****Título: Trump impõe tarifa à importação de painel solar chinês**

Medida faz parte da política America em Primeiro Lugar e deve se estender para os setores de aço e alumínio, alcançando o Brasil.

O governo Donald Trump começou ontem a implementar a política da América em Primeiro Lugar no comércio internacional, com a imposição de tarifas unilaterais de importação sobre painéis solares e máquinas de lavar roupa. Nas próximas semanas, serão anunciadas decisões sobre os setores de aço, alumínio e a prática de transferência compulsória de tecnologia.

As medidas foram acompanhadas de escalada retórica da administração americana contra a China. Na sexta-feira, o governo declarou que foi um erro os Estados Unidos terem apoiado a entrada do país asiático na Organização Mundial do Comércio (OMC), uma mudança radical da posição mantida por Washington nas últimas duas décadas.

No relatório anual sobre cumprimento dos compromissos da China na OMC, o Escritório de Representação Comercial dos EUA (USTR) indicou que adotará mais medidas unilaterais contra Pequim, o que eleva o risco de confronto comercial entre as duas maiores economias do mundo. “A noção de que nossos problemas com a China podem ser resolvidos só com a apresentação de mais casos na OMC é no mínimo ingênua”, disse o documento.

“Os Estados Unidos também tomarão outros passos necessários para conter práticas e políticas mercantilistas prejudiciais da China lideradas pelo Estado, mesmo quando elas não se enquadrem exatamente nas disciplinas da OMC.” Ao assinar o ato sobre barreiras a painéis solares e máquinas de lavar, Trump disse que não vê ameaça de uma guerra comercial.

“Nossas ações de hoje ajudam a criar empregos na América para americanos”, afirmou. Segundo ele, as tarifas de até 50% serão um “forte incentivo” para as sul-coreanas LG e Samsung fabricarem máquinas de lavar roupa nos EUA.

Brasil.

No caso dos painéis solares, a tarifa inicial será de 30% e atingirá principalmente os produtores da China. O Brasil foi excluído das duas decisões, por ser um país em desenvolvimento que representa menos de 3% das compras dos produtos pelos EUA, disse o professor Aluisio de Lima-Campos, especialista em comércio internacional da American University.

Mas a situação poderá ser diferente no caso do aço, setor em que o Brasil responde por 14% das importações totais e 50% das de produtos semiacabados. Aberta para analisar o impacto das importações sobre a segurança nacional, essa investigação é a que tem maior potencial de atingir empresas brasileiras.

O advogado Pablo Bentes, do escritório Steptoe & Johnson, avaliou que as decisões adotadas ontem indicam a posição dos EUA em casos futuros. “A tendência é que continuem a buscar soluções unilaterais para problemas de

comércio”, afirmou Bentes, que representou uma das companhias que importam painéis solares da China.

“Tudo está acontecendo e está acontecendo em ritmo acelerado. E vocês verão o que acontecerá nos próximos meses”, afirmou Trump. A decisão foi imposta no mesmo dia em que negociadores dos EUA, Canadá e México começaram a se reunir em Montreal para a penúltima rodada de renegociação do Nafta. Segundo Lima Campos, em um gesto pouco usual, o México não foi excluído das tarifas sobre máquinas de lavar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DA ENVIADA A DAVOS (SUÍÇA)

Título: Brasil é tema de dois eventos nesta quarta

O Brasil está no centro de dois dos principais eventos que acontecem nesta quarta (23), em Davos, na Suíça —o único dia em que o presidente Michel Temer participará da reunião que atrai governantes, empresários, executivos e líderes civis dos cinco continentes.

Às 10h20 (7h20 no horário de Brasília), Temer discursará à plenária do fórum por 30 minutos, quando terá a oportunidade de vender aos investidores (privados e estatais) as reformas que tenta implementar no país e seu novo mote, "o Brasil voltou", insistentemente repetido pela delegação brasileira em Davos.

Também nesta quarta, discursam o italiano Paolo Gentiloni (11h), a alemã Angela Merkel (11h20) e o francês Emmanuel Macron (14h30).

No início da noite (16h30 no horário de Brasília), em um jantar fechado para convidados, Temer faz a abertura do painel "Dando Forma à Nova Narrativa Brasileira".

O evento, que terá participação da colunista da Folha Maria Cristina Frias, reúne os presidentes do Itaú, Cândido Bracher, e do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, além do chairman da Nestlé, Paul Bulcke, da diretora da escola de governo da Universidade de Oxford, Ngaire Woods, e de Alejandro Ramírez, presidente-executivo da Cinêpolis. A mediação será feita pela diretora de estratégia regional do WEF para América Latina, Marisol Argueta de Barillas.

O painel tratará das eleições no Brasil no contexto das mudanças políticas e econômicas na região e debaterá a imagem do Brasil entre líderes globais e regionais, em antecipação ao encontro promovido pelo fórum nos dias 13,14 e

15 de março sob o tema "América Latina no Momento da Virada: Dando Forma à Nova Narrativa".

Folha, Bradesco, Itaú e Nestlé são parceiros do WEF no evento.

Antes, na hora do almoço (9h30 em Brasília), o país é tema de uma sessão de debate estratégico, o Country Strategic Dialogue, da qual participarão Henrique Meirelles (Fazenda), **Fernando Coelho Filho (Minas E Energia)** e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência), além do prefeito de São Paulo, João Doria, e do presidente da Apex, Roberto Jaguaribe.

Temer manterá durante a tarde encontros com empresários e executivos, além do secretário da OCDE, José Ángel Gurría, do novo presidente de Angola, João Lourenço, e do premiê do Líbano, Saad Hariri. (LC)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MARIA CRISTINA FRIAS ENVIADA ESPECIAL A DAVOS

Título: Petrobras quer novos parceiros para ampliar produção de gás natural, diz Parente

"Vamos buscar parcerias para aumentar a participação da produção de gás natural no Brasil", disse à Folha Pedro Parente, presidente da Petrobras, depois de ter falado sobre o tema em um painel em Davos, nesta terça (23).

Os campos do Brasil têm 80% de petróleo e 20% de gás natural, geralmente associado. O plano, ainda sem números definidos, é alterar essa composição e produzir também no exterior.

"Na transição para a economia de baixo carbono, uma das questões, que inclusive está apontada no planejamento estratégico da companhia, é a matriz energética. O gás é considerado combustível de transição, e, sob o ponto de vista estratégico, temos de aumentar a participação dele na nossa matriz."

Para Parente, parece ser inevitável rever a distribuição geográfica da companhia.

"Se continuarmos só operando no Brasil, não vamos atender a esse comando estratégico. Há parcerias já assinadas, mas também ainda não se tem clareza de que países possam compor com a empresa", disse. "Não creio que seja o caso de inverter [o mix], mas aumentar de forma que passe a ser mais equilibrada [a participação dos dois]."

Investidores e altos executivos das maiores petroleiras com que o presidente da Petrobras tem se reunido questionam o executivo sobre o que consideram aspectos de instabilidade do país.

"Como o setor é de investimentos de longo prazo, vejo mais como uma necessidade do negócio deles de estarem informados do que propriamente uma preocupação de 'vou sair do Brasil'. Não, não tem nada disso", disse.

Além de participar de um painel e de um evento da Bloomberg, Parente esteve em reuniões com os principais dirigentes mundiais das empresas de energia Engie, Repsol e Total. À noite, um jantar reuniu representantes da indústria de óleo e gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira | De Davos (Suíça)

Título: Investimento externo direto pode chegar a US\$ 80 bilhões em 2018, prevê Meirelles

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que participa do Fórum Econômico Mundial, em Davos, prevê novo aumento no fluxo de investimento direto estrangeiro no Brasil em 2018, no rastro da recuperação da economia que atrai interesse de companhias.

A conta do Ministério da Fazenda é que o fluxo de investimento externo alcançou US\$ 75 bilhões em 2017 e a estimativa para 2018 é de que aumente mais de 6%, para chegar a US\$ 80 bilhões. Em Davos, Meirelles tem uma série de encontros com executivos de grandes companhias até sexta-feira.

Segundo o ministro, que falou com jornalistas após encontro com investidores num almoço promovido pelo Itaú, o interesse dos investidores estrangeiros pelo Brasil hoje é bem maior do que era um ano atrás, mas ainda existe uma certa cautela devido ao período eleitoral.

"O país vai entrar num período eleitoral, e muitos mostram mais cautela aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Mas o interesse ainda é muito grande e o investimento direto estrangeiro no Brasil tende a crescer", afirmou. Segundo Meirelles, os investidores não se manifestam em termos de preocupação ou entusiasmo, mas com a intenção de fazer um monitoramento mais completo da situação política.

Indagado sobre se recebe apelos para se candidatar à Presidência da República, o ministro respondeu que isso é recorrente, mas voltou a dizer que está 100%

focado na economia e que vai tomar sua decisão somente em abril. Sobre a eventualidade de ser candidato a vice-presidente, ele respondeu firme: "De jeito nenhum".

Aos investidores, Meirelles disse que, "por principio", é a favor de privatizações, ao responder a uma pergunta sobre sua posição a respeito de eventual privatização da Petrobras. Ele destacou, no entanto, que isso "tem que ser feito paulatinamente".

A questão surgiu após discurso do prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), que voltou a defender a privatização da petroleira no encontro promovido pelo Itaú. Meirelles observou que a Petrobras é um ícone da sociedade brasileira desde os anos 50, e que o desafio agora é a privatização da Eletrobras, "que pode ser tão ou mais importante do que a privatização da telefonia na década de 90".

"Temos um desafio enorme que é a privatização da Eletrobras, que está sendo questionada no Congresso e vai ser um desafio muito grande. Não acho o momento adequado para criar muito ruído sobre isso", disse o ministro. "É uma luta grande, vamos vencer essa batalha, isso que é importante", afirmou Meirelles.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Assis Moreira | De Davos (Suíça)

Título: Em Davos, CEO da Eletrobras fala em oferta de até US\$ 4 bi

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., afirmou ontem para investidores em Davos que a capitalização idealizada pela companhia deve levantar entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões - até R\$ 13 bilhões pelo câmbio atual - no mercado financeiro. "Não haverá mais do que 10 ou 15 operações como essa no mundo em 2018", disse o executivo ao **Valor**, antes de iniciar uma bateria de encontros no Fórum Econômico Mundial, do qual participa pela primeira vez.

A nevasca intensa e o risco máximo de avalanche na montanha mágica o fizeram perder seus primeiros compromissos de trabalho na segunda-feira, depois de ter passado quase seis horas no trânsito para chegar ao fórum, em um trajeto, entre o aeroporto de Zurique e os Alpes suíços, que normalmente leva duas horas de carro.

Impressionado com a quantidade de reuniões simultâneas no centro de convenções de Davos, entrando e saindo do local para fumar de vez em quando, de olho nas "supertomadas" de veículos elétricos que podem ter suas baterias

carregadas em 20 minutos, o executivo preparava-se para explicar os planos de privatização da Eletrobras a grandes empresas estrangeiras.

De acordo com ele, toda a estruturação fica pronta até o dia 15 de agosto. Quando a operação será efetivamente concretizada, se antes ou depois das eleições, Ferreira lembrou que cabe ao governo decidir e preferiu não opinar. O calendário eleitoral não precisa ditar a emissão das novas ações. "Quem coloca dinheiro em concessões de 30 anos, não olha para o mês que vem. Observa o ambiente regulatório e econômico de longo prazo."

Então, tudo bem se houver uma eleição radicalizada, se um candidato concorrendo com base em liminar estiver na frente, se houver perspectiva de mudanças radicais na agenda do próximo governo? "Nunca é tudo bem. O que esse tipo de coisa faz com os mercados? No caso brasileiro, crises desse tipo jogam câmbio para cima e bolsa para baixo. Quanto maior a volatilidade, e menos valor tiver a empresa no mercado, maior a possibilidade de termos uma oferta secundária de ações", argumenta Ferreira.

Ele próprio se encarrega de explicar o raciocínio: hoje, a Eletrobras vale perto de R\$ 30 bilhões e aproximadamente 60% do capital total, ou em torno de R\$ 18 bilhões, está nas mãos da União. Se o valor da companhia diminui muito, seria preciso emitir mais ações novas, ou vender parte da fatia direta ou indireta do governo, para chegar à capitalização necessária. Hoje, ele frisa, a estatal não tem dinheiro para fazer o pagamento de outorga pelos novos contratos de suas usinas hidrelétricas. "E aí, quando se fala em oferta secundária, penso basicamente no BNDES e uma eventual transferência desses recursos para o Tesouro", acrescenta.

Para o executivo, a outorga que deverá ser paga à União pela assinatura dos novos contratos de concessão das 14 usinas hidrelétricas da Eletrobras, hoje operadas pelo regime de cotas, deve alcançar R\$ 8 bilhões. É menos, portanto, do que a projeção de R\$ 12,2 bilhões feita pelo governo para o Orçamento de 2018.

Uma explicação para a diferença dos números pode estar na renovação antecipada do contrato de Tucuruí, segunda maior usina do país e hoje administrada pela Eletronorte, que expira em 2024. Ferreira evita, porém, falar sobre o assunto, porque se trata de uma prerrogativa da União.

Na avaliação do executivo, tirando Tucuruí da estimativa, não daria para ir além dos R\$ 8 bilhões. "Teremos que demonstrar no mercado de capitais que trocar o regime de cotas por produção independente vale a pena. Se não, ninguém coloca dinheiro."

Nesse aspecto, disse Ferreira, é crucial ter um detalhamento do modelo de "descotização" antes de ir ao mercado de capitais. Isso significa ter preços definidos para o megawatt-hora e minuta de contrato aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Não dá para deixar pendências, afirmou. "Operação de aumento de capital é um ato de voluntariedade dos investidores. Se não conseguem ver essa operação como boa para a companhia, não haverá dinheiro novo. O modelo tem que estar claríssimo."

Para que o cronograma seja mantido, é essencial concluir a contratação dos estudos preparatórios, o que a Eletrobras pretendia fazer em cerca de um mês e meio. Isso foi autorizado pela MP 814, mas uma liminar da Justiça Federal de Pernambuco impediu a vigência de um artigo da medida provisória que tratava do assunto.

Ferreira explicou que a estatal precisa contratar bancos, consultorias, auditores e advogados para tocar processos para os quais não tem braços ou capacidade internamente: cisão de Itaipu e da Eletronuclear, incorporação da "golden share" no acordo de acionistas, o formato do futuro conselho de administração.

Ao opinar sobre um dos pontos mais controversos do projeto de lei assinado pelo presidente Michel Temer, na semana passada, Ferreira disse entender que a União poderá manter três conselheiros no colegiado: um pela fatia acionária direta do governo, outro pelo mecanismo da "golden share" e o terceiro pela participação do BNDES na empresa.

Sabendo que todas essas premissas ainda dependem da tramitação do projeto no Congresso Nacional, Ferreira tenta chamar a atenção para a falta de alternativas viáveis. "Só existem três formas de investimento na companhia: caixa próprio, financiamento e aporte dos acionistas. Nenhuma das opções está disponível. Se chegarmos para um banco hoje e pedirmos dinheiro para a descotização, com essa alavancagem que temos agora, ninguém nos daria", observou.

Por isso, respondendo a críticas de quem prefere um controlador privado único em vez de capital pulverizado em bolsa, o executivo concluiu: "A ideia de emissão de capital não surgiu do nada. Vimos como muito ruim vender cada uma das usinas [com a descotização]. Isso sim seria desintegrar e desnacionalizar. Poderíamos ter sete donos diferentes nas hidrelétricas do rio São Francisco, que precisa de uma solução integrada. Se vendêssemos a usina, ficaríamos com todo o passivo financeiro, judicial e trabalhista. Sem receitas. Deixaria a companhia praticamente inviável".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner e Assis Moreira | De Davos****Título: Para governo, estimativa de executivo foi conservadora**

O próprio governo considerou baixas as estimativas feitas pelo presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., de que a emissão de ações poderia render entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões - cerca de R\$ 13 bilhões - para o caixa da companhia. Para autoridades da área energética, o valor potencial da capitalização gira em torno de R\$ 18 bilhões a R\$ 20 bilhões.

A projeção de Ferreira foi antecipada pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, ontem. O executivo falou primeiro em US\$ 3 bilhões, mas depois admitiu que esse era um piso e poderia chegar a US\$ 4 bilhões. De qualquer forma, segundo ele, o que determinará a operação é o valor percebido pelo mercado.

Para fontes do **Ministério de Minas e Energia**, pode-se imaginar algo bem maior, que permita à Eletrobras fazer o pagamento de outorga ao Tesouro Nacional e ainda lhe dar uma certa folga para fazer investimentos ou trocar dívidas com custo mais elevado.

No Orçamento de 2018, o governo considerou receitas de R\$ 12,2 bilhões para as outorgas que deverão ser pagas pela "descotização" das hidrelétricas operadas no modelo introduzido pela ex-presidente Dilma Rousseff. Ela forçou uma redução de tarifas, que será revertida agora, permitindo à companhia um valor de mercado pelo megawatt-hora gerado por suas usinas.

Um assessor presidencial lembra, por exemplo, que analistas financeiras esperavam até R\$ 7 bilhões com a abertura de capital da Energisa - realizada em 2016. É uma empresa grande, mas incomparável à dimensão da Eletrobras. No fim da operação, ainda assim considerada um sucesso, a companhia levantou R\$ 1,5 bilhão. Isso mostra, segundo as fontes, como o valor esperado pode mudar para mais ou para menos em função de detalhes.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Fevereiro deve manter bandeira verde na conta de luz**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avalia que a indicação de bandeira verde, sem cobrança adicional dos consumidores, deve continuar nas

contas de luz em fevereiro. O diretor-geral da agência, Romeu Rufino, disse ontem que as chuvas registradas têm confirmado a expectativa do setor com o atual período chuvoso.

Rufino disse que a bandeira verde deste mês havia sido definida porque o volume de chuvas em dezembro e a previsão para o início deste ano estavam dentro do "normal", próximo à média histórica. "A expectativa é seguir com essa mesma tendência. Pelo menos, até agora, não tem nada que aponte em sentido contrário", afirmou a jornalistas ao fim da reunião da diretoria.

O diretor da Aneel explicou que as atenções do setor se voltam especialmente para o volume de chuvas em áreas que de fato contribuem para recuperação do nível dos reservatórios das hidrelétricas - principal fonte de eletricidade da matriz brasileira. "Às vezes, chove bem mais, mas, na área de afluência dos reservatórios, não chove. E essa não é a chuva que se transforma em vazão, em energia afluenta", disse.

O anúncio oficial da cor da bandeira tarifária de fevereiro será feito pela agência na próxima sexta-feira. O sinal verde na fatura de energia voltou a aparecer após seis meses de variação entre as indicações das bandeiras amarela e vermelha. Para esses casos, é feita cobrança adicional dos consumidores a cada 100 kWh quilowatts-hora (kWh): R\$ 1,00 na amarela, R\$ 3,00 na vermelha do Patamar 1 e de R\$ 5,00 vermelha do Patamar 2.

Ontem, a diretoria da Aneel começou a analisar os primeiros processos de atualização em 2018 das tarifas praticadas por distribuidoras. Por enquanto, foram definidos apenas índices preliminares de atualização do custo da energia cobrado por quatro concessionárias.

Os percentuais ainda são discutidos no âmbito de revisões tarifárias periódicas - processo de aperfeiçoamento da estrutura de cálculo realizado a cada cinco anos. Para cada uma das empresas, a agência abriu uma audiência pública. Os índices finais de revisão serão aplicados a partir da primeira semana de abril.

Para a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista), a agência propôs o aumento médio de 15,15% das tarifas para 4,2 milhões de unidades consumidoras de 234 municípios do interior do Estado de São Paulo.

A Energisa Mato Grosso do Sul teve a previsão de aumento médio de 9,34% das tarifas. A distribuidora fornece energia para 993 mil unidades consumidoras de 73 municípios do Estado.

Para a Energisa Mato Grosso, a agência definiu o aumento médio preliminar de 8,36% nas contas de luz. A companhia fornece energia para 1,3 milhão de clientes de 141 municípios do Estado.

A RGE -Sul Distribuidora contou com a maior previsão de aumento nas tarifas. A diretoria da Aneel apresentou a proposta de alta de 25,34%, em média. A empresa atende 1,3 milhão de unidades consumidoras de 118 municípios do Rio Grande do Sul.

Para Rufino, esses índices não devem ser considerados como tendência para os reajustes tarifários de 2018. Ele disse que os cálculos partiram de variáveis particulares dessas empresas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Royalties do petróleo voltam a passar de R\$ 30 bi em 2017

Após três anos seguidos de queda, a arrecadação de royalties e participações especiais sobre a produção do óleo e gás voltou a subir em 2017. De acordo com estimativas do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a receita da União, Estados e municípios deve voltar a superar o patamar de R\$ 30 bilhões em 2017.

A expectativa é que a arrecadação some R\$ 30,43 bilhões, o que representa um aumento de cerca de 70%, em relação aos R\$ 17,75 bilhões em 2016. O crescimento, contudo, não foi suficiente para que as receitas superassem o patamar de 2013, anterior ao declínio dos preços do barril no mercado internacional, quando os valores recolhidos somaram R\$ 49,4 bilhões em termos nominais.

As projeções do CBIE têm por base os dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ainda não consolidados. Os números parciais do órgão totalizam R\$ 26,9 bilhões, sem considerar dados de participação especial do quarto trimestre.

Segundo a consultoria, o Rio de Janeiro deve fechar 2017 com uma arrecadação de R\$ 10,95 bilhões, uma alta de 82% ante o ano anterior. Os dados do CBIE mostram também que, alavancada pela crescente produção no pré-sal da Bacia de Santos, a arrecadação de São Paulo superou a do Espírito Santo. Em 2017, a receita paulista com a produção de óleo e gás subiu 70%, para R\$ 2,32 bilhões, enquanto o Espírito Santo arrecadou R\$ 2,23 bilhões (38%).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto e Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Planalto articula acelerar marco do setor elétrico**

Governo e Congresso negociam incluir num projeto de lei em discussão na Câmara dos Deputados as regras para reformulação do setor elétrico, promessa do **Ministério de Minas e Energia (MME)** para este ano junto com a privatização da Eletrobras. A intenção é aproveitar o texto já em tramitação para votar mais rápido as novas normas, que permitirão a todos os consumidores, inclusive os domésticos, comprarem energia no mercado livre.

A ideia discutida é repetir o que ocorreu com a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). O presidente Michel Temer adiou seguidas vezes a publicação de uma medida provisória por falta de consenso dentro do governo - a Fazenda resistia por um possível aumento inflacionário. O deputado Evandro Gussi (PV-SP), do setor álcool-açucareiro, apresentou então como projeto de lei, que foi aprovado em menos de um mês por Câmara e Senado. A MP levaria, em média, quatro meses para concluir todo esse processo.

O projeto de lei anunciado pelo governo Temer para reformular o setor elétrico, que se somará à MP para tentar resolver o endividamento de distribuidoras do Norte do país e ao projeto de lei de privatização da Eletrobras, ambos já encaminhados para o Legislativo, pode seguir o mesmo caminho e ser incorporado a proposta relatada pelo deputado Fábio Garcia (sem partido-MT), aliado do **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**.

O projeto relatado por Garcia contempla demandas debatidas na consulta pública realizada pelo MME sobre a reforma do modelo regulatório do setor. A proposta ajusta os mecanismos de aquisição de energia por meio de leilões, descentraliza a contratação feita pelas distribuidoras, elimina subsídios e estabelece cronograma de abertura e ampliação do mercado livre, hoje restrito aos grandes consumidores, com contas acima de R\$ 60 mil mensais (como shoppings, siderúrgicas, montadoras e hotéis).

No mercado livre, os contratos são negociados diretamente entre o consumidor e o gerador e tem duração de alguns anos. Já no mercado cativo, para os clientes residenciais ou empresas menores, a negociação é entre a geradores e distribuidores num leilão, sem participação dos consumidores na definição da tarifa. O preço costuma ser menor do que no mercado livre, mas a intenção do governo é, com mais concorrência, forçar uma redução.

A negociação ainda está em curso e o Executivo não bateu o martelo sobre enviar ou não um projeto próprio, mas Garcia discute com interlocutores do governo apresentar em março um parecer ampliando o Projeto de Lei (PL) 1917/2015, já aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, com outras medidas defendidas pelo MME para reestruturar o setor. "A permitir que o consumidor tenha a liberdade de escolher seu fornecedor precisamos mexer em pontos importantes e corrigir erros do passado", diz Garcia.

Parte das ações que serão adotadas para a privatização da Eletrobras serão estendidas para as demais empresas, por exemplo, como a mudança nos contratos de geração renovados em 2013, quando houve a migração para o regime de cotas. Para reduzir o preço da energia, o governo Dilma cortou a remuneração dessas usinas e, agora, a gestão Temer pretende reverter a situação por meio da "descotização".

Com a nova regulação, o governo também tenta pacificar disputas travadas na Justiça. Isso deve ocorrer com a possibilidade de adaptação de contratos de transmissoras que têm o direito de receber indenização do governo e a nova forma de tratamento do risco hidrológico, o que envolve os prejuízos bilionários assumidos por geradores que produzirem menos energia que o definido nos contratos.

Com o novo modelo, o governo espera corrigir distorções criadas durante o governo Dilma Rousseff. Agentes do setor acusam a gestão anterior de ter intervindo excessivamente na dinâmica do mercado de energia, com subsídios e redução artificial das tarifas. Dilma é, porém, reconhecida pelos mesmos agentes como responsável, enquanto ministra do governo Lula, pela estruturação do modelo atual que viabilizou a atração dos investimentos necessários para afastar o país de vez do risco de racionamento vivido no governo FHC.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Marco Cardoso

Título: Biometano e a redução das emissões do transporte urbano

No último dia 14 de dezembro, a Câmara Municipal de São Paulo estabeleceu novas metas para a redução de emissões de poluentes de transporte público na cidade de São Paulo. Essa decisão veio após grandes disputas e a necessidade de alteração de uma lei de quase dez anos. A Política Municipal de Mudanças Climáticas, de 2009, havia estabelecido que, já em 2018, a cidade de São Paulo teria que ter 100% de ônibus não poluentes. Diante da inação das autoridades

municipais durante todo o período, o atendimento da meta ficou impossível já que, em 2017, dos 14.500 ônibus da cidade, menos de 2% atendem aos requisitos.

Em função disso, foi necessário alterar a lei para possibilitar novas licitações de serviços de ônibus da capital já que os contratos precisam atender a legislação. A nova lei propõe uma redução das emissões a 50% de Gás Carbônico (CO₂), 80% de Óxido de Nitrogênio (NOX) e 90% de Materiais Particulados (MP) em 10 anos. Em 20 anos, os limites crescem para 100% de CO₂, 95% de NOx e 95% de MP. Um comitê com participação de membros da sociedade civil monitorará essa transição.

Uma tecnologia extremamente comum na Europa e ainda mais na Suécia é o gás renovável. Toda matéria orgânica na ausência de oxigênio gera um gás renovável chamado biogás. Este, quando tratado, pode alcançar níveis de pureza de gás natural (fóssil) passando a ser chamado de biometano. Tendo as mesmas propriedades do gás fóssil, o biometano pode ser usado para o transporte ou para todas as formas de utilização do gás natural. Frente ao diesel, o seu uso reduz em 85% as emissões de CO₂, 86% as emissões de NOX, 90% as emissões de MP. Além das reduções de outros poluentes locais como Monóxido de Carbono (90%), NMHC (98%), CH₄ (84%) e NH₃ (71%).

Além de reduzir as emissões resultantes da combustão, o processo de sua produção reduz consideravelmente o volume de todo o tipo de resíduo orgânico. Na Suécia, por exemplo, a digestão anaeróbica - que hoje produz o biogás - foi usada inicialmente apenas para redução de volume de lodo de tratamento de esgotos nos anos 1950. À época, o biogás era simplesmente desperdiçado, queimado em flares, sem aproveitamento energético algum. Durante as crises do petróleo, na década de 1970, ficou claro que o país, então altamente dependente de petróleo, precisava buscar alternativas energéticas.

A questão das emissões de poluentes locais também se tornara um problema. Por isso, já na década de 1980, iniciaram-se estudos para uso de biogás em transporte para reduzir a poluição de algumas cidades como Linköping e Uppsala.

Na década de 1990, a questão climática entrara na pauta e, em 1991, o país estabeleceu um imposto sobre emissões de carbono que deu muita competitividade ao biometano frente aos combustíveis fósseis. Em 1992, foram feitos os primeiros testes com ônibus em Linköping e em 1996 começou-se a usar comercialmente o gás como combustível na cidade. Em 1998, foi fundada em Gotemburgo, a Fordongas, especializada no abastecimento de veículos com gás.

Só de 2000 a 2015, o aumento de emissões do setor de transporte de passageiros cresceu 53%

Na década seguinte, o biometano para transporte já avançava por todo o país, em especial na região da Escânia, ao sul do país. Já em 2010, cerca de 40% da frota de ônibus da província, com 1,34 milhões de habitantes e abrange as cidades de Malmö e Helsingborg, já era movida a biometano. A forte presença do combustível renovável facilitou que a arrojada meta de ter um sistema de ônibus livre dos fósseis na província já fosse alcançada em 2015. Ou seja, não há mais ônibus urbano na Escânia que use diesel, gás natural ou qualquer outro combustível fóssil.

A evolução não se limitou à Escânia. Praticamente todas as cidades suecas têm ônibus movido a biometano. Com isso, o país conseguiu resolver dois problemas de uma vez: de um lado reduzia as emissões do setor de transporte, um dos mais difíceis de se substituir, de outro criou uma nova cadeia de valor a partir do que antes era aterrado. Tal estratégia foi essencial para a descarbonização das últimas duas décadas: desde 1990, o PIB do país cresceu 69%, tendo reduzido as emissões de dióxido de carbono em 25%. Enquanto isso, o Brasil aumentou quase 12% as emissões no período, havendo um aumento de 150% do setor de energia (que inclui transporte) no período.

Só de 2000 a 2015, o aumento de emissões do setor de transporte de passageiros cresceu 53%. Isso traz outras consequências. Segundo pesquisa recente, uma pessoa que fique duas horas no trânsito paulistano aspira o equivalente a um cigarro em substâncias tóxicas. O impacto disso nas contas públicas e privadas de saúde deveria ser considerado. A simples troca de ônibus a diesel por ônibus a gás, mesmo sendo fóssil, já seria um passo considerável. A troca já atingiria a meta de redução de NOX e MP prevista para dez anos. Restaria apenas a redução adicional de CO₂, já que o gás natural fóssil reduz cerca de 25% das emissões do diesel, o que seria apenas a metade do necessário.

Essa diferença, entretanto, poderia ir sendo suprimida pela injeção do biometano, que reduz 85% das emissões, ao longo do tempo. Afinal, são combustíveis que, embora de origem diferente, têm as mesmas propriedades e que, portanto, podem ser usados juntos sem necessidade de qualquer adaptação. Com isso, a cidade daria conta da redução de emissões e criaria uma cadeia de valor para resíduos orgânicos que - na melhor das hipóteses - são aterrados. Tudo isso com uma tecnologia já plenamente consolidada e adequada para as distâncias paulistanas.

Existe uma previsão de injeção de uma quota obrigatória de biometano na rede de gás canalizado no Estado de São Paulo estabelecida pelo Programa Paulista

de Biogás, mas enquanto tal quota não é regulamentada e caso a quota não alcance níveis significativos que possibilitem a redução legal das emissões, as companhias de ônibus (que passam a serem multadas se não alcançarem a meta) podem recorrer à compra de biometano no mercado livre que já está prevista em regulamentação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp).

Marco Tsuyama Cardoso é pesquisador do Instituto de Energia em Ambiente da USP, especialista em Regulação na Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) e ex-secretário executivo do Fórum Capixaba de Mudanças Climáticas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: União enfrenta elétricas na Justiça

Depois de mais de três anos de disputas na Justiça, o governo decidiu endurecer o enfrentamento para derrubar 51 liminares que provocam a inadimplência de R\$ 6 bilhões no mercado à vista de energia. A manobra, se bem sucedida, pode afetar diretamente grandes empresas como AES Tietê, Light, Enel, CTG e Brookfield, que seriam obrigadas a desembolsar à vista valores bilionários devidos e que hoje estão protegidos por decisões judiciais.

As liminares em questão limitam os efeitos do déficit de geração hidrelétrica (medido pelo GSF, na sigla em inglês) nas hidrelétricas. Na prática, elas pagam valores menores do que deveriam nas liquidações do mercado de curto prazo de energia.

No fim do ano passado, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou uma liminar que protegia um grupo de pequenas hidrelétricas dos efeitos do GSF. Agora, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Advocacia-Geral da União (AGU) protocolaram uma petição para que essa decisão seja estendida a todas as outras 51 liminares ainda vigentes, responsáveis pelos R\$ 6 bilhões.

Caso STJ acate pleito da Aneel e da AGU, empresas podem ter de pagar à vista despesas bilionárias à CCEE

Conforme antecipado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, a petição foi encaminhada na última semana à presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz. O documento pede que os efeitos de suspensão de liminar sejam estendidos a todas as outras ações,

por terem objetos idênticos. Eles alegam que liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, "podendo o presidente do tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original".

Caso o STJ acate o pleito, o efeito pode ser devastador. Isso porque as empresas terão de saldar suas dívidas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e pagar os agentes credores da liquidação do mercado de curto prazo.

O **Valor** apurou que, apesar da medida da AGU, a postura do governo não é consensual. Parte da equipe energética do presidente Michel Temer (MDB) entende que o caminho judicial não é a melhor solução para a discussão, até porque parte do déficit de geração hídrica não seria culpa exclusiva das geradoras. Equipes do **ministério de Minas e Energia (MME)** vinham trabalhando em uma solução conjunta com o mercado, que seria incluída na Medida Provisória (MP) nº 814, de 2017, mas que acabou sendo editada sem tratar da repactuação do risco hidrológico.

Outro grupo do governo e da Aneel, porém, viu na queda da liminar em dezembro uma oportunidade de vitória contra as empresas ainda protegidas por decisões semelhantes.

Especialistas ouvidos pelo **Valor** alertam que o problema do risco hidrológico vai muito além da disputa judicial em curso e necessita de uma solução estrutural, que era alvo da MP 814. "O GSF não é um problema só do passado. É um problema do passado, de hoje e do futuro", explica Lívia Amorim, especialista em gás e energia do escritório Souto Correa Advogados. Ela lembra que o projeto de lei (PL) sobre a privatização do controle da Eletrobras, encaminhado esta semana ao Congresso, prevê que o risco hidrológico das usinas a serem descotizadas será da empresa. Hoje, no regime de cotas, o risco hidrológico é alocado ao consumidor.

Victor Paranhos, presidente da Energia Sustentável do Brasil (ESBR), concessionária da hidrelétrica de Jirau, que não é diretamente afetada pela eventual queda das liminares, também diz ser preciso resolver o problema futuro. O executivo contou que os acionistas da ESBR (Engie, Eletrobras e Mitsui) terão de aportar na empresa R\$ 296 milhões este ano e R\$ 544 milhões em 2019 apenas para cobrir despesas de GSF. "Estamos com todas as 50 máquinas [turbinas de Jirau] operando. E os sócios ainda têm de colocar recursos. Algo está errado. É insustentável."

Em entrevista recente ao **Valor**, o presidente do conselho de administração da CCEE, Rui Altieri, ressaltou a necessidade de uma solução para evitar que o problema do GSF continue se arrastando, especialmente porque as projeções da

câmara indicam que o déficit de energia hídrica vai persistir ao menos até 2019. "É importante resolver o passado, mas a catraca vai começar a rodar de novo, e estaremos de novo nessa situação. Queremos uma solução estrutural", disse.

O **Valor** apurou que o MME pretende incluir uma solução para o GSF no projeto de lei de reforma do setor elétrico, que está em elaboração e deve ser concluído nas próximas semanas. Na prática, o governo estuda tirar do GSF aquilo que não é considerado "risco hidrológico", como os atraso na implantação de projetos de transmissão de energia e também na entrada em operação das usinas estruturantes. "Insistimos na tese de que o GSF precisa ser depurado e elementos estranhos ao risco hidrológico precisam ser expurgados", disse uma fonte ligada à equipe energética do governo.

Mesmo que as liminares sejam derrubadas e o mercado à vista de energia retorne à normalidade, o governo não descarta que essa mudança regulatória nos "componentes" do GSF seja retroativa. Segundo uma fonte, se os fatores "que não são risco hidrológico" já tivesse sido expurgados, os montantes devidos pelos geradores poderiam ser de 30% a 35% menores. "É uma correção necessária para criar um ambiente de investimentos para o futuro", disse.

O governo teme ainda uma nova "onda de judicialização" depois de derrubar as liminares vigentes, desta vez contra a União, e não mais contra a Aneel. Segundo a fonte, os agentes podem alegar que a União está interferindo nos seus negócios e os fazendo pagar por uma conta que não é deles.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Mineradora investe pouco em inovação transformadora

As mineradoras da América Latina continuam concentrando a maior parte dos esforços em inovação em resultados de curto prazo ao invés de investir mais em iniciativas que garantam retornos sustentáveis em um horizonte mais longo de tempo, segundo mostra uma pesquisa da consultoria Deloitte realizada com 17 empresas do setor em seis países da região. Apesar do diagnóstico, as mineradoras latino-americanas demonstram interesse em se engajar mais em iniciativas de inovação incremental, que garantam ganhos em termos de mercados e de produtos, e também em fazer mais investimentos considerados "transformacionais" para o setor.

A pesquisa, intitulada de "Inovação em mineração - América Latina 2017" inclui grandes mineradoras e empresas de menor porte, as chamadas "juniors", além de fornecedores do setor, na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.

O trabalho, feito em parceria com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), ouviu 17 companhias do setor e buscou comparar iniciativas de inovação na América Latina com o resto do mundo.

Na pesquisa, a inovação é vista de forma ampla, envolvendo diversos aspectos das atividades das empresas, desde a forma como produzem até as relações com as comunidades e com outros públicos de interesse.

"Inovação tecnológica é apenas uma das formas de inovar na mineração", diz André Joffily, sócio-líder da Deloitte para o setor no Brasil. "Quando você vai falar com o presidente de uma empresa [da indústria mineral], ele vai falar como inova no uso da água e na relação com as comunidades, por exemplo, daí a importância de ter uma visão multifacetada da inovação", afirmou Joffily.

As empresas dizem que, em média, 65% de seus investimentos em inovação são para o chamado "core"

O trabalho da Deloitte apresenta dez tipos de inovação na área mineral. "As empresas que se beneficiam mais da inovação são aquelas que conseguem perpassar um volume maior desses dez tipos de inovação", disse Joffily. A lista inclui o modelo de rentabilidade, rede de conexões para criar valor ao negócio, a estrutura e os processos da empresa, a performance e o sistema de produção, os serviços e os canais de mercado, a marca e a relação com públicos de interesse e os clientes. De acordo com o executivo, a empresa começa a se diferenciar dos concorrentes pela forma como se envolve com as comunidades, como levanta recursos financeiros no mercado e como torna a sua operação logística mais eficiente.

Na pesquisa, as empresas disseram que, em média, 65% de seus investimentos em inovação são para o chamado "core", que inclui iniciativas para otimizar ativos, produtos e serviços existentes. E somente 14% dos investimentos, em média, são voltados para a inovação "transformacional", aquela que representa uma quebra de paradigma e que traz invenções novas para a indústria do setor. Joffily disse, porém, que como meta as empresas demonstram interesse de ampliar de 14% para 23% o investimento em inovação "transformacional" na mineração na região. Na América Latina, as mineradoras "juniors" se mostram mais propensas do que as grandes companhias a investir em nesse tipo de inovação.

No caso do Brasil, Joffily entende que o país segue na "superfície" da adoção da inovação transformadora no setor mineral. "Soluções tecnológicas e estruturais seguem sendo incorporadas pontualmente." O corte de custos e a redução de margens conduzidos pelas mineradoras, em cenário de redução de preços, limitaram a capacidade de inovar nos últimos anos. "Mas se o modelo atual não

for repensado, a sustentabilidade de vastas porções desse mercado estará ameaçada", disse Joffily.

Walter Alvarenga, diretor-presidente do Ibram, disse que é necessário que o Brasil compreenda melhor a importância do setor mineral e que estimule as inovações por meio de apoios "consistentes" com a futura trajetória da política mineral brasileira. "As empresas industriais precisam compreender que a inovação pode ajudar a otimizar e a desburocratizar processos, além de reduzir custos futuros", afirmou. Ele negou que a inovação seja só estimulada pelos preços: "Outras questões também impulsionam o investimento [em inovação] como o relacionamento com a comunidade, governança e, principalmente, um planejamento estratégico governamental de apoio às políticas de inovação ao setor, de forma que mostre uma rota a seguir, do que o país necessita naquele momento."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Iconic chega ao mercado nacional de lubrificantes

Com operações integradas desde dezembro, a joint venture formada entre Chevron e Ipiranga para o negócio de lubrificantes - batizada de Iconic - quer aproveitar as atuações complementares de negócios das acionistas controladoras para manter a liderança assumida no setor com a união.

Enquanto a Ipiranga tem forte presença no varejo, se aproveitando dos 8 mil postos da rede e das 1.600 "Jet Oils" (rede de serviços automotivos da marca), a Chevron, que no Brasil opera com a marca Texaco, tem participação relevante na indústria automotiva e no mercado marítimo.

"Lubrificante é um negócio de escala. Quanto mais escala, mais valor você consegue extrair. Com a união, ganhamos consideravelmente e conseguimos ser mais eficiente em uma série de coisas, como logística", afirma Leonardo Linden, diretor presidente da Iconic Lubrificantes.

Em termos de distribuição geográfica, apesar das duas marcas atuarem em todo o país, a Ipiranga - que é a distribuidora de combustíveis do grupo Ultrapar - tem presença maior no Sul e Sudeste do Brasil e a Texaco é mais forte no Norte e Nordeste.

A união do negócio de lubrificantes da Chevron com o da Ipiranga foi anunciada em agosto de 2016 e aprovada pelas autoridades reguladoras em fevereiro de 2017. Os nove meses seguintes foram de ajustes nas operações.

Unidas, as duas empresas têm, segundo o boletim mais recente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 24% de participação no mercado, com a Petrobras Distribuidora detendo 22,6%. A Cosan é a terceira, com uma fatia de 14%.

Um desafio da Iconic será não canibalizar as duas marcas. Ao todo, são cerca de 1.300 tipos de lubrificantes diferentes após a fusão. Na nova empresa, a Ipiranga ficou com 56% do capital social e a companhia americana, 44%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras pode investir no exterior na área de gás

A Petrobras pode voltar a expandir sua atuação fora do país, depois de colocar seu plano de internacionalização em hibernação e pôr uma série de ativos à venda no exterior ao longo dos últimos anos. O presidente da estatal, Pedro Parente, disse que a companhia pretende aumentar a participação do gás natural dentro de seu mix de produção e sinalizou que a empresa pode fazer investimentos no exterior para atingir essa meta.

Em Davos, na Suíça, onde participa do Fórum Econômico Mundial, Parente destacou que o gás natural é o combustível da transição energética para uma economia de baixo carbono. Ele explicou que, no Brasil, a produção de gás se dá, em sua maioria, em campos associados ao petróleo e volumes expressivos são reinjetados para aumentar a produção de óleo. Pelas características geológicas dos campos brasileiros, segundo o executivo, apenas 20% da produção da Petrobras é de gás, enquanto o petróleo responde pelos outros 80%.

"Temos que reequilibrar essa participação. Isso tem um impacto estratégico para nós, temos que ir para o exterior, não ficar somente no Brasil", afirmou Parente.

Em outubro, o executivo já havia dado um sinal nessa direção, ao comentar a parceria estratégica assinada com a britânica BP, para avaliação conjunta de oportunidades de negócio. Na ocasião, Parente disse que o acordo envolvia um "interesse muito grande" na área de gás e que a parceria poderia incluir eventuais trocas de ativos entre as duas petroleiras.

Um aumento da produção de gás no exterior significaria uma retomada da expansão da empresa no mercado internacional. Desde 2014, quando os desdobramentos da Lava-Jato e da queda do preço do barril do petróleo

mergulharam a Petrobras numa crise financeira, a empresa interrompeu a trajetória de crescimento de seus negócios fora do país e se desfez de uma série de ativos.

Desde 2015, a companhia já levantou US\$ 1,7 bilhão com a venda de ativos no exterior. A empresa tem, ainda, outros processos de desinvestimentos em curso, como os ativos de distribuição de combustíveis no Paraguai e a Petrobras África.

A intenção da estatal é se desfazer de todos os seus ativos no setor de refino e distribuição de combustíveis. Presente no mercado de distribuição em cinco países até 2016, a estatal já vendeu seus postos na Argentina e Chile e negocia os ativos do Paraguai. Com isso, a estatal mantém os pés apenas na Colômbia e Uruguai, que possuem uma rede de cerca de 200 postos (20% da rede que detinha em 2016, antes dos desinvestimentos).

A Petrobras também já sinalizou que pretende vender a refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), se retirando por completo do mercado internacional de refino, depois de ter vendido os ativos Nansei Sekiyu (Japão) e Bahía Blanca (Argentina).

Em Davos, Parente tem aproveitado a presença no fórum para estreitar o relacionamento com algumas multinacionais do setor de energia. Durante sua participação no evento, estão agendadas reuniões bilaterais com executivos da Total e Repsol, sócias da empresa no pré-sal, e Engie, uma das candidatas à compra da Transportadora Associada de Gás (TAG).

Durante painel sobre a transição energética, ao ser questionado sobre a decisão do presidente dos EUA, Donald Trump, de impor uma tarifa de 30% sobre a importação de peças para a fabricação de painéis solares, ele disse que o assunto é motivo de preocupação, por estar "associado ao fato de que eles [americanos] estão, na realidade, estimulando o carvão novamente".

Ao comentar o papel das petroleiras na transição energética, Parente afirmou que a indústria de óleo e gás "está ciente" sobre a necessidade de investir para reduzir a pegada de carbono. O executivo mencionou, como exemplo, a criação da OGCI (Oil and Gas Climate Initiative), iniciativa que reúne dez petroleiras globais, com o objetivo de investir na luta contra as mudanças climáticas.

"A indústria [petrolífera] está preocupada em responder às demandas da sociedade. Para grandes companhias, a mentalidade, às vezes, é difícil de mudar. Pelos menos estamos cientes [da necessidade de mudanças]", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio****Título: Os desafios da China para criar sua bolsa de petróleo**

A tentativa da China de introduzir na Bolsa de Futuros de Xangai a negociação de contratos futuros de petróleo denominados em renminbi, nome oficial do yuan, é vista com ceticismo por alguns especialistas. Os principais desafios para que o projeto decole, apesar dos esforços do governo chinês, envolvem a desconfiança de manipulação dos mercados. O analista Tom Reed, editor da Argus China Petroleum, da consultoria Argus, avalia que a China vai enfrentar desafios técnicos, entre eles conciliar os preços de sete tipos de petróleo muito diferentes em um único preço de liquidação, bem como definir as regras e o mecanismo de resolução de disputas para a entrega física de cargas da commodity.

Reed também cita a preferência das refinarias independentes chinesas pelo petróleo leve, como o brasileiro extraído de campo Lula (antigo Tupi), e não pelo petróleo pesado com maior teor de enxofre que vai balizar os contratos futuros em yuan. Outra preocupação de empresas comerciais, diz ele, é a possibilidade de intervenção estatal nos contratos.

"O governo chinês tem um histórico de intervenções em mercados onde percebe riscos, e essas intervenções nem sempre foram boas. É provável que empresas de petróleo estrangeiras esperem até que o contrato tenha liquidez antes de começarem a usá-lo como descoberta de preços ou instrumento de hedge", afirma.

Roberto Castello Branco, ex-diretor e economista chefe da Vale e ex-membro do conselho de administração da Petrobras, pondera que o renminbi não é uma moeda com preço determinado livremente pelo mercado e que os investidores não vão se arriscar num mercado onde o governo pode fazer uma maxi ou uma mini desvalorização da moeda.

"A China primeiro tem de adotar um mercado com taxa de câmbio flutuante como é o do euro, dólar, da libra esterlina e do franco suíço e ter uma conta capital aberta de fato. Outra condição importante é ter um mercado de dívida grande, onde o investidor possa aplicar", afirma.

Castello Branco, que também é pesquisador do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio menciona ainda como vantagens das transações em moeda americana a

enorme liquidez do mercado de dívida e a segurança de que o governo não vai interferir nos mercados.

Questões técnicas e políticas ameaçam projeto do governo chinês de negociar a commodity em yuan

O professor Hsia Hua Sheng, professor de Finanças Aplicadas da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da FGV acredita que a proposta pode ajudar os planos da China de aumentar a participação do yuan no comércio internacional. E avalia que será vantajoso para companhias de petróleo. Atualmente a moeda mais usada nas transações de petróleo é o dólar.

"A possibilidade de comprar e vender contratos de petróleo em renminbi facilita a negociação pois o vendedor escapa da necessidade de comprar dólares para converter. Eu acho que essa internacionalização vai fazer muito sentido para esse projeto de internacionalização da China", afirma Sheng.

Outros riscos apontados de forma recorrente para as transações em moeda chinesa são o cambial, mas há quem acrescente riscos ligados à liquidação dos contratos, chamadas de margem e expatriação dos recursos. Sobre o risco cambial, o professor Sheng observa que alguns vendedores de petróleo podem preferir não se prender à moeda americana citando como exemplo empresas de países alvo de bloqueio do governo americano como o Irã e Iraque.

Sheng também vê a possibilidade de redução dos custos de transação de países árabes que tenham uma balança comercial forte com a China. Cita um grande exportador de petróleo, a Arábia Saudita, que também importa produtos chineses como exemplo. "Dessa forma se evita o custo das transações e evita a necessidade de hedge da moeda local árabe para o dólar americano, e do dólar para o yuan. Eles [Arábia Saudita] são parceiros comerciais fortes, a China exporta equipamentos de construção civil e o petróleo é um ativo que é intensivo em investimentos".

Com um consumo de 12,3 milhões de barris de petróleo bruto por dia em 2016 e uma produção de 4 milhões de barris, a China importa petróleo produzido em países como a Arábia Saudita, Angola, Rússia, Oman e Iraque. O Brasil, onde as chinesas Sinochem, China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e China Southern Petroleum Exploration and Development Corporation (CNODC) já têm direito à produção no pré-sal, também exporta petróleo para o país asiático. A lista de chinesas no setor petrolífero brasileiro inclui ainda a China National Petroleum Corporation (CNPC), que é sócia da CNOOC no campo de Libra.

Para Sheng, esse enorme poder de mercado junto com o projeto do presidente Xi Jinping de internacionalização da China pode ser o empurrão que o renminbi

precisa para ganhar espaço nas transações internacionais. O professor argumenta que a moeda chinesa está cada vez mais internacionalizada e que por isso o processo de interferência do governo é cada vez menor. Reed, da Argus, vê espaço para a formação de preços do petróleo específicos para o mercado asiático, lembrando que quase todo o petróleo bruto comercializado na região tem preços formados em mercados distantes como o Mar do Norte, no Reino Unido, ou a região do Golfo do Oriente Médio, que não refletem a demanda no nordeste da Ásia.

"Os fundamentos das regiões em que os 'benchmarks' globais estão localizados não refletem o que impulsiona a demanda nos grandes países consumidores como a China", explica.

O governo começou a testar, na Bolsa de Futuros de Xangai, a negociação de contratos futuros de petróleo, mas não há data oficial para início das operações. Segundo a Argus, a data foi adiada para abril "para evitar qualquer potencial embaraços" durante Congresso Nacional do Povo, em março.

MME / ASCOM .